

COMITÊS DE AUDITORIA: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM PERIÓDICOS NACIONAIS NAS ÁREAS DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

AUDIT COMMITTEES: BIBLIOMETRIC ANALYSIS OF SCIENTIFIC PRODUCTION IN NATIONAL JOURNALS IN MANAGEMENT AND ACCOUNTING

DOI: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.13059/RACEF.V13I2.891](http://dx.doi.org/10.13059/RACEF.V13I2.891)

Vinícius Monteiro Pereira

vinimonteiropereira@gmail.com

Universidade de Brasília

Rodrigo de Souza Gonçalves

roadgoncalves@gmail.com

Universidade de Brasília

Abimael de Jesus Barros Costa

acosta@unb.br

Universidade de Brasília

Data de envio do artigo: 18 de Setembro de 2021.

Data de aceite: 03 de Julho de 2022.

Resumo: O objetivo geral deste trabalho foi analisar o perfil da produção científica nacional voltada à temática dos comitês de auditoria nos principais periódicos de contabilidade e administração do Brasil. As pesquisas destinadas à essa temática buscam compreender os efeitos das características dos comitês de auditoria na governança corporativa e como ela tem contribuído para maior fidedignidade de todo o processo que envolve a divulgação das informações financeiras. Assim, foi realizada uma análise por meio de indicadores bibliométricos em publicações de 29 periódicos de contabilidade e administração. Foram identificadas 59 publicações sobre o tema, tendo como principais o aumento nos artigos publicados com esse tema ao longo dos últimos cinco anos (2017-2021), com destaque para a Revista de Contabilidade & Finanças da USP com 8 publicações. Também se identificou maior predominância de publicações em coautoria, com objetivos de pesquisa descritiva, de natureza quantitativa e baseadas em análises de documentos, bem como maior incidência de referências de artigos internacionais.

Palavras-chave: Comitês de auditoria; Governança corporativa; Bibliometria.

Abstract: *The general objective of this paper was to analyze the profile of the national scientific production on audit committees in the main accounting and management journals in Brazil. Research aimed at this theme seeks to understand the effects of the characteristics of audit committees on corporate governance and how it has contributed to greater reliability of the entire process involving the disclosure of financial information. Thus, an analysis using bibliometric indicators in publications of 29 accounting and business journals was carried out 59 publications on the topic were identified, with the main increase in papers published over the last five years (2017-2021), with emphasis on the Accounting & Finance Review (USP) with 8 publications. A greater predominance of co-authored publications was also identified, with descriptive research objectives, of a quantitative*

nature and based on document analysis, as well as a greater incidence of references to international papers.

Keywords: *Audit committees; Corporate governance; Bibliometrics.*

1. INTRODUÇÃO

A globalização e os escândalos contábeis ocorridos a partir dos anos 2000 ampliaram o movimento de intensificação do papel da governança corporativa, com o intuito de solucionar os problemas organizacionais, tais como o conflito de agência e a falta de transparência dos relatórios financeiros (DAGOSTINI; CUNHA, 2014). No Brasil, alguns escândalos também surgiram recentemente, a exemplo das investigações de fraudes em fundos em entidades fechadas de previdência complementar ou ainda no âmbito de operações policiais (GUIOTTI; COSTA; BOTELHO, 2020).

Segundo Wells (2014, p. 305), “as fraudes contábeis têm o objetivo de manipular os resultados da organização, com o intuito de enganar os usuários para preservar os interesses dos fraudadores”.

Por outro lado, a governança corporativa e seus mecanismos de controle buscam trazer limites para o exercício do poder discricionário do agente de modo a preservar os interesses do principal, na qual sob a ótica econômica, normalmente remete à um sistema de contratos, o qual tem por objetivo controlar as ações do gestor para minimizar os custos de agência (SHLEIFER; VISHNY, 1997).

Portanto, os conceitos apresentados se interligam no ambiente de controles corporativos e, nesse sistema, os comitês de assessoramento aos conselhos de administração das empresas formam uns dos mecanismos criados para mitigar os riscos que os contratos realizados entre principal e agente sejam desvirtuados, provocando prejuízos financeiros e reputacionais à organização (LISZBINSKI et al., 2015).

Em 2002, diante da enorme repercussão dos escândalos contábeis então recém

descobertos, foi aprovada a Lei Sarbanes-Oxley (SOX), obrigando, dentre outros pontos, a implantação dos comitês de auditoria em empresas americanas listadas na bolsa de valores. Para a SOX, o comitê de auditoria é definido como órgão de assessoramento ao conselho de administração com objetivo de supervisionar a emissão de relatórios financeiros e o trabalho da auditoria (CUNHA; TOIGO; PICOLLI, 2016).

No Brasil, pode-se atribuir como importante marco para o crescimento e relevância do papel dos comitês de auditoria a instituição da Lei nº 13.303/2016, que trata, dentre outras temáticas, da obrigatoriedade da existência desse gatekeeper nas empresas estatais. Tal marco legal pode ser visto como mais uma iniciativa normativa para o desenvolvimento da governança nas empresas estatais e a melhoria do ambiente organizacional quanto a gestão de riscos, controles internos, entre outros.

No ambiente acadêmico, a discussão acerca das características e impactos dos comitês de auditoria das empresas brasileiras ganhou destaque em publicações relativamente recentes (CUNHA et al., 2013; CUNHA et al., 2014; CUNHA et al., 2015; SILVA; VASCONCELOS; DE LUCA, 2017; SILVA; CUNHA; TEIXEIRA, 2018; COLARES; ALVES; MIRANDA, 2020).

Por outro lado, em que pese a publicação de alguns artigos em congressos e periódicos nacionais nos últimos anos, ainda não há um estudo que apresente de maneira sistemática as principais contribuições da literatura brasileira para a temática de governança corporativa com enfoque nos comitês de auditoria.

Deve-se destacar que os artigos de Liszbinski et al. (2015) e Cunha, Toigo e Picolli (2016) trataram de uma revisão bibliométrica acerca dessa temática a partir de publicações internacionais, não havendo, portanto, estudos que indiquem as principais contribuições apresentadas em periódicos científicos brasileiros. Assim, a relevância desta análise reside na discussão, a partir do levantamento de trabalhos científicos, da importância e do papel desenvolvido pelos comitês de auditoria

no Brasil, de maneira a contribuir no debate sobre a ausência de determinação legislativa que obrigue a criação do órgão de maneira generalizada.

Ante tais aspectos, este estudo tem por objetivo analisar o perfil da produção científica nacional voltada à temática dos comitês de auditoria nos principais periódicos de contabilidade e administração do Brasil. Para tanto, tem-se os seguintes objetivos específicos: a) identificação e sistematização das principais contribuições dos estudos nacionais sobre o tema; b) identificar as principais referências na temática objetivo de análise; bem como c) identificar e avaliar as produções científicas de maior impacto no meio acadêmico e seus métodos de pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A origem e o papel dos comitês de auditoria

Desde 1940, segundo Peleias, Segreti e Costa (2009, p. 47) “a Securities and Exchange Commission (SEC) tem se empenhado, em conjunto com empresas de auditoria e a comunidade corporativa, em determinar medidas que tornem os comitês de auditoria mais independentes e efetivos”.

O aumento da importância dos comitês de auditoria para as corporações passa pela ocorrência de uma das maiores crises de credibilidade da história do mercado financeiro. Em 2002, uma longa série de falências empresariais resultou no colapso da Enron e da WorldCom, duas das maiores empresas norte-americanas à época, o que trouxe desconfiança sob o papel da auditoria e dos relatórios contábeis, provocando, por sua vez, um aumento na demanda por transparência em empresas negociadas publicamente (FURUTA, 2010).

Conforme Furuta (2010), após o caso da Enron, WorldCom e Tyco, foram identificadas evidências que revelavam que as fraudes estavam a ponto de se tornarem algo sistemático no mercado norte-americano. Em resposta, uma das medidas do Poder Legislativo dos

Estados Unidos foi a aprovação da Lei Sarbanes-Oxley, que segundo Coates (2007) teve por principal objetivo a regulação e supervisão das auditorias, principalmente com a criação do Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB).

Entre as principais mudanças trazidas com a SOX, destacam-se a obrigatoriedade de instauração de comitês de auditoria, a total separação entre as atividades de auditoria externa e da contabilidade, a responsabilização da administração pela implementação e manutenção de uma estrutura de controles internos, assim como a determinação de opinião pelos auditores externos acerca da efetividade dos controles adotados pela empresa (SILVA et al., 2009).

Portanto, a SOX trouxe incentivos para as empresas investirem em controles internos, dado que tal investimento passou a ser percebido como mecanismo necessário para gerar um ciclo virtuoso no qual investidores teriam maior confiança nos relatórios financeiros e em contrapartida exigiriam menor retorno pelo capital investido (COATES, 2007). É válido lembrar que os impactos da SOX também refletiram no mercado financeiro brasileiro, haja vista que empresas brasileiras com American Depositary Receipts (ADRs) tiveram que se adequar a ela.

Além da SOX, para Silva et al. (2009) outros fatores como a criação do Novo Mercado pela Bovespa, a cartilha de Governança Corporativa da CVM e o Código de Melhores Práticas do IBGC buscaram estimular o aperfeiçoamento dos modelos de governança no Brasil. Entretanto, ressalta-se que, quando se trata da existência de comitê de auditoria, somente há obrigatoriedade para instituições financeiras, sociedades seguradoras e empresas estatais (BAIOCO; ALMEIDA, 2017).

Nesse contexto, acredita-se que o papel exercido pelo comitê de auditoria e sua contribuição para a melhoria da governança nas organizações ainda é um assunto pouco explorado, necessitando, desse modo, de avanços especialmente quanto à abordagem pretendida nessa pesquisa.

A fim de demonstrar a evolução dos comitês de auditoria ao longo dos últimos anos, na Tabela 1 é apresentada uma síntese de sua cronologia histórica.

Tabela 1 - Evolução histórica dos comitês de auditoria

Ano	Ocorrência
Início de 1940	SEC recomenda o uso dos comitês de auditoria.
1978 e 1989	NYSE (1978) e a NASD (1989) estabelecem, dentre outros requisitos para a negociação pública de ações a existência de comitês de auditoria.
1987	Comitê executivo do AICPA reforça a recomendação da SEC.
1998	Criação do <i>Blue Ribbon Committee</i> (BRC) pela NYSE e NASDAQ para a melhoria da efetividade dos comitês de auditoria.
1999	Divulgação de relatório do BRC com recomendações aos comitês de auditoria para a melhoria de fiscalização dos processos dos relatórios financeiros.
2002	Após os escândalos contábeis do início do século, ocorre a aprovação da Lei Sarbanes-Oxley.
2002	IBGC revisa o seu código de melhores práticas e recomenda a implementação de comitês de auditoria.
2003	SEC exige que todas as bolsas de valores dos EUA adotem norma que determina, como condição mínima, a existência de comitê de auditoria.
2003	CVM e ABRASCA encaminham à SEC uma solicitação para que empresas brasileiras que estivessem sob regulação da SOX pudessem substituir o comitê de auditoria pelo conselho fiscal. O pedido foi aceito pela SEC.
2003	BACEN e CMN aprovam a Resolução nº 3.081/03, na qual há a autorização para o conselho fiscal exercer as funções de comitê de auditoria.
2004	Resolução nº 3.170/04 separa as figuras do conselho fiscal e do comitê de auditoria.
2009	IBGC cria o Guia de Orientação para Melhores Práticas de Comitês de Auditoria, auxiliando a instauração e funcionamentos dos comitês.
2016	Aprovação da Lei nº 13.303/2016 determina a presença de comitês de auditoria para empresas estatais.

Fonte: Adaptado de Peleias, Segreti e Costa, (2009) e Furuta (2010).

2.2. A relevância dos comitês de auditoria

Em um primeiro momento, utilizando-se da segregação feita por Baxter (2010), pode-se afirmar que as pesquisas sobre os comitês de auditoria estão divididas em três grandes grupos: (i) formação do comitê; (ii) eficácia do comitê; e (iii) características do comitê. Contudo, a grande maioria dos estudos publicados nos principais periódicos tem como foco os efeitos das características dos comitês.

As principais características dos comitês pesquisados são: (i) tamanho, representado pela quantidade de membros; (ii) independência, geralmente representada pela dualidade de funções entre os membros do comitê e do conselho de administração; (iii) expertise, representada pelo conhecimento em contabilidade, auditoria ou finanças por parte dos membros; e (iv) diversidade, geralmente representada pela diversidade de gênero (ABBOTT; PARKER; PETERS, 2004; BEDARD; CHTOUROU; CORTEAU, 2004; COSTA; SAMPAIO; FLORES, 2019; CUNHA et al., 2013; CUNHA et al., 2015; DEFOND; HANN; XU, 2005; KLEIN, 2002; RAZALI; ARSHAD, 2014; VELTE, 2018; VERRIEST; GAEREMYNCK; THORNTON, 2013; YANG; KRISHNAN, 2005; ZALATA; TAURINGANA; TINGBANI, 2018; ZHANG; ZHOU; ZHOU, 2007).

O estudo de Cunha et al. (2013), teve por foco a análise das características do comitê de auditoria e os seus efeitos no gerenciamento de resultados. As variáveis utilizadas pelos autores para a análise das características dos comitês foram: número de membros, número de reuniões, a independência e expertise. Os autores não encontraram evidências estatisticamente significativas acerca da relação entre as características e o gerenciamento.

Cunha et al. (2015) discutiram sobre os efeitos das características do comitê de auditoria, buscando verificar a relação entre as características e o atraso na entrega do parecer de auditoria. Foram utilizadas as variáveis tamanho, independência e expertise para os comitês, cujos resultados indicaram uma relação negativa, de modo que maior tamanho, independência e expertise diminuem o atraso

na entrega dos pareceres.

Quanto ao tamanho dos comitês, Bedard, Chtourou e Corteau (2004) apresentam evidências que maior quantidade de membros no comitê torna mais eficiente a descoberta de problemas nas informações financeiras. Yang e Krishnan (2005) encontraram resultados convergentes à pesquisa de Bedard, Chtourou e Corteau (2004), à medida que identificaram uma relação negativa entre o tamanho do comitê e o gerenciamento de resultados, enquanto Silva, Cunha e Teixeira (2018) apresentam evidências que empresas com comitês com mais de três membros apresentam menores deficiências nos controles internos.

Com relação à independência, Klein (2002) demonstrou haver uma relação negativa entre a independência dos membros do comitê de auditoria e o gerenciamento de resultados, ao passo que Abbott, Parker e Peters (2004) demonstram que há uma relação negativa entre a independência dos membros e os erros nos relatórios.

O estudo de Verriest, Gaeremynck e Thornton (2013) destaca que empresas com maior independência nos conselhos de administração e comitês de auditoria mais efetivos provêm informações contábeis com maior qualidade, em linha com os achados de Klein (2002). A independência do comitê, segundo Razali e Arshad (2014), é capaz de fornecer avaliações e julgamentos imparciais, bem como monitorar a gestão de maneira eficaz.

No que tange à expertise, Bedard et al. (2004) verificaram que a presença de membros com conhecimento contábil nos comitês possibilita informações contábeis com menor gerenciamento de resultados; enquanto Abbott et al. (2004) apresentam que há evidências de uma relação negativa entre a expertise dos membros do comitê de auditoria e erros em relatórios financeiros.

Segundo DeFond, Hann e Xu (2005) a especialização financeira dos comitês melhora as práticas da governança corporativa. Portanto, a variável expertise, assim como as demais tratadas anteriormente (tamanho e independência), pode ser vista como relevante

para explicar a eficácia dos comitês. Zhang, Zhou e Zhou (2007), na mesma linha, encontraram relação negativa entre a expertise dos membros e a identificação de fraquezas nos controles internos.

Outra característica que tem sido abordada pela literatura internacional em estudos mais recentes é a diversidade dos comitês. Conforme dispõe o IBGC (2020), a diversidade é um tema da agenda de governança contemporânea, abarcando os mais variados aspectos, tais como experiência profissional, formação acadêmica, gênero, nacionalidade, etnia e idade. O órgão aduz que uma cultura corporativa baseada na diversidade e inclusão é fonte permanente de criatividade e longevidade indicando, inclusive, que são necessárias ações urgentes para a promoção de equidade de gênero e raça.

Em que pese o conceito de diversidade incluir diversas categorias, a diversidade de gênero tem recebido atenção da literatura em pesquisas recentes. Conforme Costa, Sampaio e Flores (2019), as empresas têm sofrido uma crescente pressão da sociedade para adotar uma maior diversidade de gênero na governança corporativa, o que pode justificar pesquisas acerca dessa temática. Os efeitos quanto a indicação de mais pessoas do gênero feminino em órgãos de governança, por outro lado, ainda tem sido pouco discutida na literatura contábil brasileira.

Entretanto, no cenário internacional, alguns estudos recentes demonstram os efeitos da participação feminina nos comitês de auditoria e nos conselhos de administração. Velte (2018), por exemplo, encontrou evidências de que maior participação de mulheres nos comitês de auditoria está associada à maior divulgação de key audit matters e, conseqüentemente, à maior prevenção de riscos de auditoria.

Zalata, Tauringana e Tingbani (2018) demonstram que a presença feminina no comitê de auditoria está associada a menor gerenciamento de resultados. No Brasil, pode-se destacar a investigação de Costa et al. (2019), em que encontrou evidências de que a participação feminina no conselho de administração tem relação positiva com a geração de valor das empresas, entretanto, tais resultados não podem ser extrapolados para o comitê de auditoria.

Tabela 2 – Principais estudos sobre as características dos comitês de auditoria

Característica	Parâmetro analisado	Autores
Tamanho	Quantidade de membros do comitê	Bedard et al. (2004); Yang e Krishnan (2005); Cunha et al. (2013); Cunha et al. (2015); Silva et al. (2018)
Independência	Dualidade de funções entre conselho de administração e comitê de auditoria.	Klein (2002); Abbott et al. (2004); Cunha et al. (2013); Cunha et al. (2015); IBGC (2015)
Expertise	Conhecimento em contabilidade, auditoria e/ou finanças	Bedard et al. (2004); Abbott et al. (2004); Goodwin-Stewart e Kent (2006); Zhang et al. (2007); Cunha et al. (2013); Cunha et al. (2015) IBGC (2015)
Diversidade	Presença de mulheres no comitê	Velte (2018); Zalata, Tauringana, Tingbani (2018); Costa et al. (2019); IBGC (2020).

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Do exposto, pode-se verificar que há diversos estudos realizados em âmbito internacional quanto aos efeitos dos comitês de auditoria, ao passo que, no Brasil, isso não se repete, conforme demonstrado no estudo bibliométrico de Liszbinski et al. (2015). O referido estudo, ao realizar o levantamento da literatura de 2006 a 2012, somente encontrou um artigo publicado no Brasil sobre o tema.

2.3. Estudos com o uso de indicadores bibliométricos

A análise bibliométrica é a técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico (ARAÚJO, 2006). O estudo bibliométrico tem três leis

como pilares: a Lei de Lotka, a Lei de Bradford e a Lei de Zipf. A primeira, também conhecida como a lei dos quadrados inversos, descreve a produtividade dos autores, demonstrando a coexistência de um pequeno número de autores extremamente produtivos e uma grande quantidade de autores menos produtivos; a segunda incide sobre a relevância dos periódicos sobre determinada área; a última descreve a relação entre a quantidade do uso de palavras e os temas pesquisados (ARAÚJO, 2006; SANTOS; KOBASHI, 2009).

Importante, ainda, citar a contribuição de Price para o desenvolvimento da cientometria, técnica também utilizada nesta pesquisa. Conforme destacado por Santos e Kobashi (2009), a Lei de Price classificou a cientometria como o estudo quantitativo da atividade científica. Com isso, os dados quantitativos sobre artigos científicos obedecem a regras estáveis e podem, conseqüentemente, serem utilizados como indicadores do estado da ciência.

Os principais indicadores bibliométricos utilizados em pesquisas científicas estão destacados na Tabela 3. Soares, Picolli e Casagrande (2018) afirmam que, no Brasil, os indicadores bibliométricos mais utilizados são baseados em contagem de número de artigos, número de revistas, número de autores, número de autorias, número de instituições ou número de citações, ao passo que as distribuições de frequência, como as leis de Lotka, Bradford e Zipf são menos utilizadas.

Foram utilizadas, neste trabalho, a Lei de Lotka, o número de publicações por autor, número de publicações por revista, número de coautores/colaboradores e o número de citações.

Tabela 3 – Indicadores bibliométricos

Indicador	Conceito
Lei de Lotka	Investiga as distribuições de frequência da autoria de artigos de determinado tema/área.
Lei de Bradford	Investiga as distribuições de frequência do número de artigos publicados por periódicos de determinado tema/área.
Lei de Zipf	Investiga as distribuições de frequência do vocabulário de textos de determinado tema/área.
Número de publicações por autor, revista, instituição ou tema	Investiga o volume de publicações de autores, periódicos, instituições ou temas de determinada área.
Número de autores	Investiga a dinâmica do volume de pesquisa realizada de forma colaborativa, seja entre pesquisas individuais ou em grupo, ou nacionais e internacionais.
Co-publicações: publicação com autores de diferentes países, instituições	Investiga a cooperação entre representantes de entidades e países, em pesquisas conjuntas, com a finalidade de criar uma matriz que evidencie os principais parceiros e forneça a descrição da rede científica.
Número de citações	Investiga o impacto dos artigos, dos periódicos e dos pesquisadores em função do número de citações.
Índice de afinidade	Investiga a taxa relativa de trocas científicas (entre países, instituições) por meio de citações.
Laços científicos	Investiga e mensura a influência de redes entre diferentes comunidades científicas.
Cocitações	Investiga o número de vezes que dois ou mais artigos são citados, simultaneamente, num mesmo artigo.

Fonte: Soares, Picolli e Casagrande (2018, p. 8).

Nesse sentido, demonstrada a relevância dos procedimentos científicos que envolvem a bibliometria, o levantamento da produção científica em periódicos nacionais em administração e contabilidade sobre comitês de auditoria pode auxiliar no desenvolvimento de futuras pesquisas e, por conseguinte, auxiliar no aperfeiçoamento dos procedimentos adotados pelas governanças corporativas no que tange à prevenção de fraudes em ambientes empresariais, por exemplo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo em questão busca inicialmente listar, por meio de indicadores bibliométricos, as principais contribuições de artigos publicados em periódicos nacionais sobre assuntos relacionados a comitês de auditoria, assim como traçar o perfil desses estudos.

Para tanto, a estratégia de coleta de dados partiu do universo de revistas de contabilidade e administração existentes no país atualmente com classificação Qualis CAPES, selecionando como amostra os periódicos com classificação Qualis CAPES “A”. De maneira específica, a partir da avaliação realizada pela CAPES no quadriênio de 2013 a 2016 e do novo Qualis CAPES, foram selecionados os periódicos de contabilidade e administração classificados como A1, A2, A3 e A4. Ressalta-se que na última avaliação realizada pela CAPES não foram emitidas notas A1 para os periódicos de contabilidade e administração no Brasil. Diante disso, foram selecionados os demais periódicos com nota A2 a A4.

Tabela 4 – Periódicos analisados na pesquisa

Seq.	Revista	Instituição/UF	QUALIS
1	Advances in Scientific and Applied Accounting - ASAA	ANPCONT	A2
2	BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS	UNISINOS/RS	A2
3	Brazilian Administration Review	ANPAD	A2
4	Brazilian Business Review - BBR	FUCAPE/ES	A2
5	Cadernos EBAPE.BR	FGV	A2
6	Contabilidade Vista & Revista	UFMG/MG	A2
7	Revista Contabilidade & Finanças (USP)	USP/SP	A2
8	Revista Contemporânea de Contabilidade - RCC	UFSC/SC	A2
9	Revista de Administração da Universidade de São Paulo - RAUSP	USP/SP	A2
10	Revista de Administração de Empresas - RAE	EAESP/FGV	A2
11	Revista de Administração Pública - RAP	EBAPE/FGV	A2
12	Revista de Contabilidade e Organizações - RCO	USP RP/SP	A2
13	Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade - REPEC	Abracicon/DF	A2
14	Revista Organizações & Sociedade	UFBA	A2
15	Revista Pesquisa Operacional	SOBRAPO	A2
16	Revista Universo Contábil	FURB/SC	A2
17	Contabilidade, Gestão e Governança - CGG	UnB	A3
18	Custos e @gronegocio online	UFRPE	A3
19	Revista Brasileira de Gestão de Negócios - RBGN	FECAP/SP	A3
20	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	UERJ/RJ	A3
21	Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	UNEB	A3
22	Revista Enfoque: Reflexão Contábil	UEM/PR	A3
23	Revista Evidenciação Contábil	UFPB	A3
24	Sociedade, Contabilidade e Gestão	PPGCC/UFRJ	A3
25	Pensar Contábil	CRC/RJ	A4
26	RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia	UNOESC/SC	A4
27	Revista Catarinense da Ciência Contábil	CRC/SC	A4
28	Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE - RACEF	FUNDACE	A4
29	Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade - REUNIR	UFCG	A4

Fonte: Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A coleta de dados foi pautada em dois momentos, os quais foram realizados no período de 13 a 30 de agosto de 2021. Primeiro, procedeu-se à identificação dos artigos nas revistas, conforme a Tabela 4. Para tanto, buscou-se artigos a partir dos termos “Comitê de Auditoria” e “Audit Committee” nos centros de pesquisa dos referidos periódicos o qual obteve-se como retorno um universo de 85

artigos. Em um segundo momento, feita a coleta dos artigos, realizou-se a tabulação dos seguintes dados: a) título do trabalho; b) autores; c) procedimentos metodológicos; e d) principais referências citadas.

Dentre as limitações do estudo, pode-se citar a pequena quantidade de trabalhos existentes na temática, além da utilização das revistas mais bem classificadas pela CAPES como fontes únicas de dados pode representar uma manutenção do mainstream, pois, conforme Soares, Picolli e Casagrande (2018), elas mantêm critérios técnicos de avaliação semelhantes.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A coleta de artigos foi realizada a partir dos termos “Comitê de Auditoria” e “Audit Committee”, na qual obteve-se como retorno um total de 85 artigos. Entretanto, após análise dos artigos, foram eliminadas 26 pesquisas que não guardavam relação com o tema, resultando, portanto, em uma amostra de 59 artigos, distribuídos em 17 dos 29 periódicos objetos de análise.

Tabela 5 – Artigos por periódico

Seq.	Revista	Quantidade
1	Advances in Scientific and Applied Accounting - ASAA	4
2	BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS	2
3	Brazilian Administration Review	0
4	Brazilian Business Review - BBR	0
5	Cadernos EBAPE.BR	0
6	Contabilidade Vista & Revista	2
7	Revista Contabilidade & Finanças (USP)	8
8	Revista Contemporânea de Contabilidade - RCC	4
9	Revista de Administração da Universidade de São Paulo - RAUSP	3
10	Revista de Administração de Empresas - RAE	3
11	Revista de Administração Pública - RAP	0
12	Revista de Contabilidade e Organizações - RCO	3
13	Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade - REPEC	0
14	Revista Organizações & Sociedade	0
15	Revista Pesquisa Operacional	0
16	Revista Universo Contábil	3
17	Contabilidade, Gestão e Governança - CGG	7
18	Custos e @gronegocio online	0
19	Revista Brasileira de Gestão de Negócios - RBGN	0
20	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	3
21	Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	1
22	Revista Enfoque: Reflexão Contábil	3
23	Revista Evidenciação Contábil	4
24	Sociedade, Contabilidade e Gestão	2
25	Pensar Contábil	3
26	RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia	0
27	Revista Catarinense da Ciência Contábil	4
28	Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE - RACEF	0
29	Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade - REUNIR	0
	Total	59

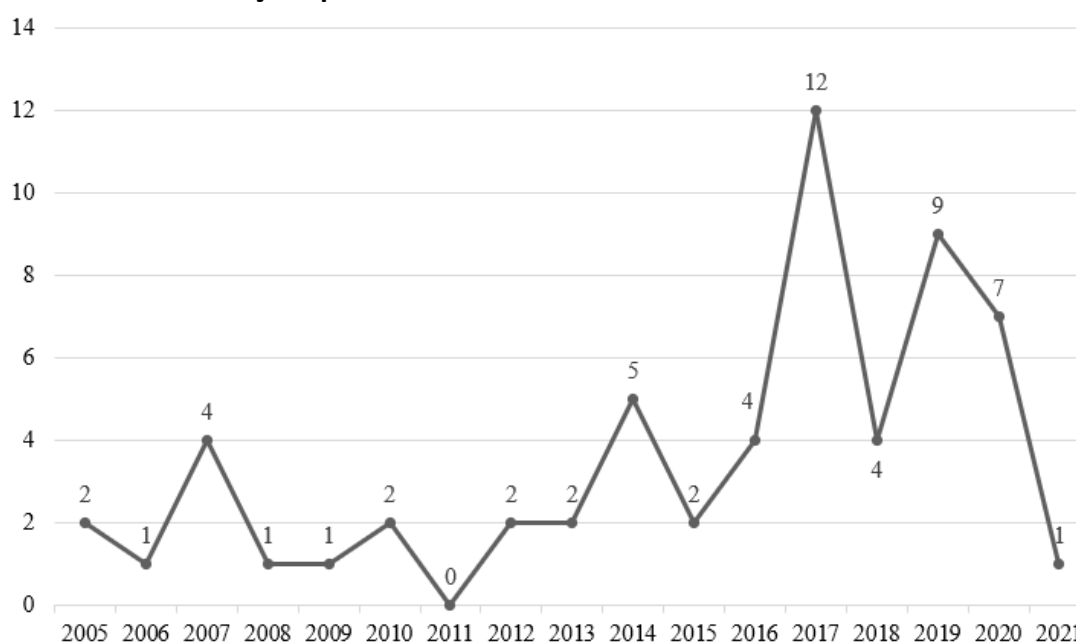
Fonte: Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Destaca-se a Revista Contabilidade & Finanças como o periódico com mais artigos publicados sobre a temática envolvendo as nuances dos comitês de auditoria na governança corporativa das empresas. Nos estudos de Ribeiro e Santos (2015) e Ferreira et al. (2019), que investigaram a produção científica sobre governança corporativa, a Revista de Administração da USP e a Revista Contemporânea de Contabilidade, respectivamente, foram os periódicos com maior quantidade de

artigos publicados.

Quanto ao aspecto temporal, foram encontradas publicações entre 2005 e 2021, dispostas conforme a distribuição apresentada no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Publicações por ano



Fonte: Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Do gráfico apresentado, pode-se identificar um aumento acentuado na quantidade de publicações depois de 2016, ao passo que os anos anteriores se mostraram constantes em termos de quantidade de publicação. Os resultados reforçam a ideia de que há um aumento na demanda por informações voltadas à temática de comitês de auditoria, de modo que há pesquisadores que buscam suprir essa lacuna.

No que concerne ao perfil técnico dos artigos analisados, foi realizada a classificação quanto aos tipos (objetivos) de pesquisa, segregando-se em grupos de pesquisas descritivas, exploratórias ou explicativas. Diante disso, a Tabela 6 resume os achados deste estudo.

Tabela 6 – Tipo de pesquisa

Tipo de pesquisa	Quantidade	Quantidade %
Descritiva	40	67,80%
Exploratória	19	32,20%
Explicativa	0	0%
Total	59	100%

Fonte: Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Constata-se uma prevalência de estudos descritivos e exploratórios, quando comparados aos estudos explicativos. T tamanha diferença pode ser explicada pela complexidade de pesquisas envolvendo objetivos explicativos, uma vez que, por definição, elas envolvem um nível maior de subjetividade, tendo em vista que buscam determinar os motivos de determinado fenômeno.

De todo modo, em que pese o equilíbrio verificado entre as pesquisas descritivas e exploratórias, a maioria de estudos com objetivos descritivos é coerente com a temática de governança corporativa e comitês de auditoria, haja vista que boa parte busca descrever o perfil,

os efeitos e as consequências das características dos comitês de auditoria, conforme verificado nos estudos de Cunha et al. (2013), Cunha et al. (2014), Cunha et al. (2015), Silva et al. (2017), Silva et al. (2018) e Colares et al. (2020).

Outra importante classificação realizada neste estudo foi com foco nos métodos de pesquisa e estratégias para a coleta de dados. Para isso, coletou-se as informações contidas nas seções metodológicas dos próprios artigos e, para aqueles que não as continham, foi realizada classificação com base nas principais características identificadas nos trabalhos.

Tabela 7 – Métodos de coleta de dados

Método de coleta de dados	Quantidade	Quantidade %
Análise documental	43	72,88%
Questionário	8	13,56%
Estudo de caso	3	5,08%
Pesquisa bibliográfica	2	3,39%
Entrevista	1	1,69%
Ensaio teórico	1	1,69%
Não especificado	1	1,69%
Total	59	100%

Fonte: Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Diante do exposto, pode-se inferir que há a prevalência de coleta de dados a partir de documentos previamente preparados (análise documental). Os resultados podem ser considerados coerentes com a temática analisada, haja vista que boa parte dos estudos envolvendo comitês de auditoria e governança corporativa são feitos com base nos formulários de referência, divulgados pela bolsa de valores brasileira (Brasil, Bolsa, Balcão – B3). Além disso, a técnica de análise documental é convergente às pesquisas com objetivos descritivos, que também foram maioria.

Com relação aos questionários, que foram utilizados por 13,56% dos estudos, destaca-se a importante contribuição desta técnica de coleta de dados a partir de entrevistas e questionários a membros da governança corporativa das empresas, o que pode ser um relevante método para a obtenção de dados acerca das rotinas internas das corporações e o compartilhamento dessa experiência.

Ainda no que tange aos métodos utilizados para as pesquisas estudadas, os resultados encontrados neste estudo vão ao encontro dos achados de Liszbinski et al. (2015), nos quais os autores reforçaram a maior incidência de análises documentais e econométricas como estratégia de coleta de dados.

A última classificação quanto ao perfil técnico dos 59 estudos em questão foi quanto às abordagens de pesquisa, isto é, se os estudos são quantitativos, qualitativos ou quali-quantitativos. Conforme indicado na Tabela 8, verificou-se maior incidência de estudos quantitativos, com 67,80% do total, ao passo que os estudos qualitativos representam apenas 25,42% dos artigos analisados.

Tabela 8 – Abordagens de pesquisa

Abordagem de pesquisa	Quantidade	Quantidade %
Quantitativo	40	67,80%
Qualitativo	15	25,42%
Quali-quantitativo	4	6,78%
Total	59	100%

Fonte: Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quanto ao número de autores por obra, o estudo de Liszbinski et al. (2015) encontrou uma variação de um a três autores por artigo, sendo que houve a prevalência de obras com dois autores. De igual modo, os estudos de Ribeiro et al. (2014), Ribeiro e Santos (2015) e Cunha, Toigo e Picolli (2016) encontraram a predominância de obras com dois ou mais autores, ratificando a existência dominante de grupos de pesquisa sobre governança corporativa. Nesse sentido, a Tabela 9 demonstra que os resultados desta pesquisa vão ao encontro dos resultados encontrados anteriormente, confirmando a ideia da existência de grupos de pesquisa sobre o tema e a preferência por publicação de artigos em coautoria com outros pesquisadores.

Tabela 9 – Autores por obra

Número de autores	Quantidade	Quantidade %
Um autor	4	6,78%
Dois autores	15	25,42%
Três autores	25	42,37%
Quatro autores	12	20,34%
Cinco autores	3	5,08%
Total	59	100%

Fonte: Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com vistas a identificar os autores mais prolíferos, foi realizada a contagem de publicações por autor, independentemente da ordem de posição entre os autores. Dentre os 59 artigos analisados, verificou-se a presença de 143 autores diferentes, sendo que apenas cinco autores publicaram mais de três artigos, conforme especificado na Tabela 10.

Tabela 10 – Autores com mais publicações

Autor	Vinculação	Qtde de artigos publicados
Paulo Roberto da Cunha	FURB	10
Alini da Silva	FURB	4
Márcia Martins Mendes De Luca	UFC	4
Nelson Hein	FURB	3
Marcelle Colares Oliveira	UFC	3

Fonte: Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Lei de Lotka enfatiza, em síntese, que poucos autores publicam muitos artigos, ao passo que muitos autores publicam poucos estudos. Pode-se afirmar, portanto, que a lei foi ratificada na amostra estudada neste trabalho, uma vez que 5 autores publicaram cerca de 33% dos trabalhos, enquanto demais autores publicaram os trabalhos restantes.

Quanto ao fator de impacto dos artigos analisados, realizou-se uma consulta ao número de vezes em que os artigos foram citados por outros pesquisados com base no Google Scholar. Somados, os 59 artigos receberam 676 citações, o que representa uma média de 11,45 citações por artigo. Além disso, os artigos publicados pelos autores mais prolíferos (tabela 10) contêm uma média de 10,42 citações, indicando que não necessariamente os autores mais renomados no tema são os mais citados, ao contrário do que foi verificado no estudo de Ribeiro e Santos (2015).

Ainda no que tange a análise a quantidade de citações e com vistas a identificar as principais referências utilizadas pelos pesquisadores que estudam os comitês de auditoria, foi realizada uma análise geral das referências citadas pelos autores. Analisou-se a quantidade de referências utilizadas em cada trabalho e os seus tipos, classificando-as em artigos nacionais, artigos internacionais, livros, teses ou dissertações, leis, relatórios e notícias.

Tabela 11 – Análise das referências utilizadas nos artigos

Tipo de referência	Quantidade	Qtde %	Média
Artigo internacional	1339	53,99%	22,69
Artigo nacional	397	16,01%	6,73
Livro	301	12,14%	5,10
Relatório	199	8,02%	3,37
Teses e dissertações	130	5,24%	2,20
Legislação	93	3,75%	1,58
Notícia	21	0,85%	0,36
Total	2480	100%	42,03

Fonte: Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Além da relevante predominância de referências internacionais, que alcançaram quase 54% das referências utilizadas, pode-se destacar a presença dos relatórios como uma fonte importante de informações para o desenvolvimento dos trabalhos. Especificamente, os relatórios fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), pelo Committe of Sponsoring Organizations (COSO) e pelas grandes firmas de auditoria independente foram amplamente utilizados pelos autores.

Ainda com relação às principais referências utilizadas, pode-se citar, no âmbito internacional, os trabalhos de Jensen e Meckling (1976), DeAngelo (1981), Fama e Jensen (1983) e Klein (2002). No cenário nacional, os trabalhos mais referenciados pelos pesquisados são as teses de doutorado de Almeida (2010), Braunbeck (2010) e Furuta (2010). Destaca-se que, na pesquisa bibliométrica de Cunha, Toigo e Picolli (2016), o trabalho de Klein (2002) recebeu mais citações.

Tabela 12 – Principais referências

Referência	Origem	Qtde. Citações
Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: managerial behavior, agency costs, and ownership structure. <i>Journal of Financial Economics</i> , 3(4), 305-360.	Internacional	24
Fama, E. F., & Jensen, M. C. (1983). Separation of ownership and control. <i>The Journal of Law and Economics</i> , 26(2), 301-325.	Internacional	10
Klein, A. (2002). Audit committee, board of director characteristics, and earnings management. <i>Journal of accounting and economics</i> , 33 (3), 375-400.	Internacional	10
DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. <i>Journal of Accounting and Economics</i> , 3 (1), 183-199.	Internacional	7
Braunbeck, G. O. (2010). Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, SP, Brasil.	Nacional	5
Furuta, F. (2010) A relação das características das empresas com a adoção do comitê de auditoria x conselho fiscal adaptado. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, SP, Brasil.	Nacional	5
Almeida, J. E. F. (2010). Qualidade da informação contábil em ambientes competitivos. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, SP, Brasil.	Nacional	4

Fonte: Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A concentração de citações ao trabalho de Jensen e Meckling (1976) é um indicativo da utilização da Teoria da Agência como principal base teórica para os estudos em questão, em que pese a análise das bases teóricas não ter sido efetuada neste trabalho. Por outro lado, a maior dispersão de referências nacionais pode indicar que não há tantas pesquisas seminais na área.

Por fim, uma pertinente discussão a ser feita reside nos efeitos da implementação da

Lei nº 13.303/2016 que, conforme tratado anteriormente, trouxe a obrigatoriedade de presença de comitês de auditoria nas empresas estatais brasileiras. Conforme analisado nos 59 artigos incluídos neste trabalho, apenas 1 artigo trata efetivamente do tema.

O único trabalho a discutir a inovação normativa foi o estudo de Calixto, Cintra e Fonseca (2020), no qual foi analisado o processo de implementação da Lei nº 13.303/2016 no âmbito das estatais do estado do Rio de Janeiro. Dessa maneira, pode-se afirmar que não há, na amostra investigada, estudos que avaliem os efeitos da implementação da norma, isto é, se houve melhoria nos controles internos, nos níveis de gerenciamento de resultados, no desempenho financeiro ou outras variáveis, sendo esta uma janela de pesquisa para futuros estudos.

À luz dos indicadores bibliométricos destacados na metodologia deste estudo, as pesquisas com temáticas relacionadas aos comitês de auditoria, pode-se destacar: (i) quanto aos periódicos, há prevalência de publicações na Revista de Contabilidade & Finanças – USP; (ii) quanto ao perfil metodológico, há maioria de pesquisas descritivas, documentais e quantitativas; (iii) quanto aos autores, há maior incidência de publicações com 3 autores; (iv) quanto às referências, há maior citação de artigos internacionais; quanto aos temas pesquisados, há maior concentração em características dos comitês e poucos estudos sobre os efeitos da Lei nº 13.303/2016.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com objetivo de analisar o perfil da produção científica nacional voltada à temática dos comitês de auditoria nos principais periódicos de contabilidade e administração do Brasil, foram analisadas as publicações de artigos nos principais periódicos da referida área no Brasil, abrangendo uma amostra de 59 produções científicas.

O contexto da pesquisa abrange a descoberta das grandes fraudes contábeis no início do século XXI, cenário no qual cresceu

o debate acerca das práticas de governança corporativa como um dos fatores inibidores das fraudes empresariais. Um relevante ator no conjunto de mecanismos de governança corporativa é justamente o comitê de auditoria.

Os comitês de auditoria têm sido bastante estudados pela literatura internacional, conforme visto nos estudos de Klein (2002), Bedard et al. (2004), Abbott et al. (2004), Yang e Krishnan (2005), Goodwin-Stewart e Kent (2006), Zhang et al. (2007), Velte (2018) e Zalata, Tauringana, Tingbani (2018), que estudaram, dentre outros fatores, os efeitos de suas características, sobretudo, tamanho, independência, expertise e diversidade.

Com vistas a sistematizar as contribuições e os perfis dos estudos voltados à governança corporativa e, especificamente, aos comitês de auditoria, os trabalhos de Ribeiro et al. (2014), Liszbinski et al. (2015), Ribeiro e Santos (2015) e Ferreira et al. (2019) se voltaram a promover um perfil bibliométrico da produção científica.

Os resultados encontrados pelos mencionados autores foram os principais motivadores deste estudo, uma vez que se verificou a incipiência de estudos com a temática de comitês de auditoria no cenário nacional, frente ao que vem sendo desenvolvido internacionalmente.

Diante do contexto e dos objetivos apresentados, dentre os resultados encontrados, à luz dos indicadores bibliométricos, destaca-se a Revista Contabilidade & Finanças (USP) como o periódico com mais publicações sobre o tema, de maneira divergente aos achados de Liszbinski et al. (2015) e Ferreira et al. (2019). Além disso, o pesquisador Dr. Paulo Roberto da Cunha, da FURB, foi identificado como o cientista com mais publicações sobre o tema nas revistas estudadas, com 10 publicações.

Com relação à parte técnica dos 59 artigos analisados, verificou-se maior presença de estudos descritivos, quantitativos e baseados em análise de documentos, no qual há predominância de 3 autores. Por fim, quanto às principais referências utilizadas, os achados do estudo permitiram inferir acerca da preferência por referências em artigos internacionais, sendo

o estudo de Jensen e Mecking (1976), a fonte mais utilizada pelos pesquisadores nacionais.

Do exposto, quando comparado aos achados de Liszbinski et al. (2015), constata-se que houve um aumento dos estudos sobre os comitês de auditoria no Brasil ao longo dos recentes anos, o que pode ser um indicativo da maior relevância que o tema tem recebido por parte dos principais players do mercado corporativo e da academia de contabilidade.

Além disso, a instituição da Lei nº 13.303/2016 pode ter contribuído para o recente aumento no número de estudo, em que pese não terem sido identificados trabalhos que tratassem dos efeitos da norma em relação a melhorias nos controles internos, nos níveis de gerenciamento de resultados e qualidade dos lucros, no desempenho financeiro, na qualidade da auditoria independente ou outras variáveis comumente utilizadas pela literatura contábil.

Nesse sentido, além da escassez temática tratada anteriormente, futuros estudos podem trazer novas contribuições sobre os efeitos das características dos comitês de auditoria no cenário brasileiro, inclusive com a inclusão da temática de diversidade e as suas consequências para o ambiente corporativo, algo que tem recebido a atenção internacional (VELTE, 2018; ZALATA, TAURINGANA, TINGBANI, 2018).

Sugere-se, ainda, a ampliação do estudo para outros periódicos e congressos, pois, conforme indicado por Soares, Picolli e Casagrande (2018), a preferência de estudos bibliométricos voltados aos periódicos A1 a A4 pode ser um fator de manutenção de mainstream, visto que tais periódicos geralmente mantêm critérios técnicos semelhantes.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Lawrence J.; PARKER, Susan; PETERS, Gary F. Audit committee characteristics and restatements. **Auditing: A journal of practice & theory**, v. 23, n. 1, p. 69-87, 2004.

ALMEIDA, José Elias Feres de. **Qualidade da informação contábil em ambientes competitivos**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, SP, Brasil.

ARAÚJO, Carlos AA. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em questão**, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.

BAIOCO, Vitor Gomes; ALMEIDA, José Elias Feres de. Efeitos do comitê de auditoria e do conselho fiscal na qualidade da informação contábil no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 28, p. 229-248, 2017.

BAXTER, Peter. Factors associated with the quality of audit committees. **Pacific Accounting Review**, 2010.

BEDARD, Jean; CHTOUROU, Sonda Marrakchi; COURTEAU, Lucie. The effect of audit committee expertise, independence, and activity on aggressive earnings management. **Auditing: A journal of practice & theory**, v. 23, n. 2, p. 13-35, 2004.

BRAUNBECK, Guillermo Oscar. **Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, SP, Brasil.

CALIXTO, Luiz Ricardo; CINTRA, Yara Consuelo; FONSECA, Ana Carolina Pimentel Duarte. Implementação das Práticas de Governança e Compliance da Lei de Responsabilidade das Estatais no Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 15, n. 4, p. 178-196, 2020.

COATES, John, C IV. The goals and promise of the Sarbanes-Oxley Act. **Journal of economic perspectives**, v. 21, n. 1, p. 91-116, 2007.

COLARES, Ana Carolina Vasconcelos; ALVES, Karinne Cruz; MIRANDA, Lidiane Tereza Fagundes. Relação entre as características do comitê de auditoria e da auditoria independente das companhias abertas da B3. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036**, v. 12, n. 1, p. 152-170, 2020.

COSTA, Lilian; SAMPAIO, Joelson de Oliveira; FLORES, Eduardo Silva. Diversidade de gênero nos conselhos administrativos e sua relação com desempenho e risco financeiro nas empresas familiares. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 23, p. 721-738, 2019.

CUNHA, Paulo Roberto da et al. Características do comitê de auditoria e os reflexos no gerenciamento de resultados nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 18, n. 3, p. 02-19, 2013.

CUNHA, Paulo Roberto et al. Características do comitê de auditoria e o gerenciamento de resultados: um estudo nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 8, n. 22, p. 15-25, 2014.

CUNHA, Paulo Roberto et al. Relação entre as Características do Comitê de Auditoria e o Atraso da Emissão do Relatório da Auditoria Independente (Audit Delay). **Journal of Accounting, Management and Governance**, v. 18, n. 3, 2015.

CUNHA, Paulo Roberto; TOIGO, Leandro; PICOLLI, Marcio Roberto. Produção científica sobre comitê de auditoria: uma análise bibliométrica e sociométrica de periódicos internacionais. **Revista**

Contabilidade e Controladoria, v. 8, n. 1, 2016.

DAGOSTINI, Luciane; CUNHA, Paulo Roberto. Relação entre as Características do Comitê de Auditoria e o tipo Relatório de Auditoria Independente. In: **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. 2014.

DEANGELO, Linda Elizabeth. Auditor size and audit quality. **Journal of accounting and economics**, v. 3, n. 3, p. 183-199, 1981.

DEFOND, Mark L.; HANN, Rebecca N.; HU, Xuesong. Does the market value financial expertise on audit committees of boards of directors?. **Journal of accounting research**, v. 43, n. 2, p. 153-193, 2005.

FAMA, Eugene F.; JENSEN, Michael C. Separation of ownership and control. **The journal of law and Economics**, v. 26, n. 2, p. 301-325, 1983.

FERREIRA, Rafael Maximiano et al. Governança Corporativa: um estudo bibliométrico da produção científica entre 2010 a 2016. **Revista Organizações em Contexto**, v. 15, n. 29, p. 323-342, 2019.

FURUTA, Fernanda. **A relação das características das empresas com a adoção do comitê de auditoria x conselho fiscal adaptado**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, SP, Brasil.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOODWIN-STEWART, Jenny; KENT, Pamela. Relation between external audit fees, audit committee characteristics and internal audit. **Accounting & Finance**, v. 46, n. 3, p. 387-404, 2006.

GUIOTTI, Igor Xavier Pedreiro; COSTA, Abimael de Jesus Barros; BOTELHO, Ducineli Régis. Gestão de riscos em entidades fechadas de previdência complementar no Brasil: legislações, teorias e práticas de mercado. **Journal of Administrative Sciences**, v. 26, n.1, 21, 2020.

IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Agenda Positiva de Governança: Medidas para uma governança que inspira, inclui e transforma**. São Paulo, SP. 23p, 2020.

IBGC - INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. São Paulo, SP. 108p, 5.ed, 2015.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of financial economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

KLEIN, April. Audit committee, board of director characteristics, and earnings management. **Journal of accounting and economics**, v. 33, n. 3, p. 375-400, 2002.

LISZBINSKI, Bianca Bigolin et al. Comitê de Auditoria: Principais Discussões e Incidência de Pesquisas Científicas. **Revista Estudo & Debate**, v. 22, n. 1, 2015.

PELEIAS, Ivam Ricardo; SEGRETI, João Bosco; DE ARAÚJO COSTA, Catarina. Comitê de Auditoria ou órgãos equivalentes no contexto da Lei Sarbanes-Oxley: estudo da percepção dos gestores de empresas brasileiras emitentes de American Depositary Receipts-ADRs. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, n. 1, p. 41-65, 2009.

RAZALI, Wan Ainul Asyiqin Wan Mohd; ARSHAD, Roshayani. Disclosure of corporate governance structure and the likelihood of fraudulent financial reporting. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 145, p. 243-253, 2014.

RIBEIRO, Henrique César Melo et al. Produção científica sobre os temas governança corporativa e stakeholders em periódicos internacionais. **Contabilidade, gestão e governança**, v. 17, n. 1, 2014.

RIBEIRO, Henrique César Melo; SANTOS, Marianne Corrêa. Perfil e evolução da produção científica do tema governança corporativa nos periódicos qualis/capes nacionais: uma análise bibliométrica e de redes sociais. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 18, n. 3, 2015.

SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; KOBASHI, Nair Yumiko. Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2009.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. A survey of corporate governance. **The journal of finance**, v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.

SILVA, Alini; DA CUNHA, Paulo Roberto; TEIXEIRA, Silvio Aparecido. Recomendações aos comitês de auditoria em empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 12, p. 1-13, 2018.

SILVA, David Stanhy de Carvalho; VASCONCELOS, Alessandra Carvalho de; DE LUCA, Márcia Martins Mendes. Comitê de auditoria e gerenciamento de resultados em empresas reguladas e empresas não reguladas. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 12, n. 3, 2017.

SILVA, Karina Lima et al. A implementação dos controles internos e do Comitê de Auditoria segundo a lei SOX: o caso Petrobras. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, n. 3, p. 39-63, 2009.

SOARES, Sandro Vieira; PICOLLI, Icaro Roberto Azevedo; CASAGRANDE, Jacir Leonir. Pesquisa bibliográfica, pesquisa bibliométrica, artigo de revisão e ensaio teórico em administração e contabilidade. **Administração: ensino e pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 308-339, 2018.

VELTE, Patrick. Does gender diversity in the audit committee influence key audit matters' readability in the audit report? UK evidence. **Corporate social responsibility and environmental management**, v. 25, n. 5, p. 748-755, 2018.

VERRIEST, Arnt; GAEREMYNCK, Ann; THORNTON, Daniel B. The impact of corporate governance on IFRS adoption choices. **European accounting review**, v. 22, n. 1, p. 39-77, 2013.

WELLS, Joseph T. **Principles of fraud examination**. John Wiley & Sons, 2014.

YANG, Joon S.; KRISHNAN, Jagan. Audit committees and quarterly earnings management. **International journal of auditing**, v. 9, n. 3, p. 201-219, 2005.

ZALATA, Alaa Mansour; TAURINGANA, Venancio; TINGBANI, Ishmael. Audit committee financial expertise, gender, and earnings management: Does gender of the financial expert matter?. **International review of financial analysis**, v. 55, p. 170-183, 2018.

ZHANG, Yan; ZHOU, Jian; ZHOU, Nan. Audit committee quality, auditor independence, and internal control weaknesses. **Journal of accounting and public policy**, v. 26, n. 3, p. 300-327, 2007.